



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PARECER JURÍDICO

Processo – 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2018- Prorrogação de Prazo

Interessada: Secretária de Administração e Finanças.

Assunto Prorrogação do Prazo constante no contrato 01/2018, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de acesso dedicado, permanente e exclusivo à internet, através de meio fechado de transmissão de dados de 50 mega, para atender as necessidades da Câmara Municipal, com validade até 01/02/2019, estendendo-se pelo período de 12 meses, até a data de 01 de fevereiro de 2021.

Trata-se de pedido de Aditamento ao Contrato nº 01/2018, celebrado pela Câmara Municipal de Sinop e a empresa Nova Fibra Telecon Ltda, Prorrogação de Prazo pelo período de 12 (doze) meses, devidamente fundamentado pelo Chefe do Departamento de Administração de Rede, justificando a necessidade da prorrogação “haja vista que os serviços estão sendo prestados a contento e nossa Casa de Leis precisa do recebimento de tais serviços de maneira contínua para não haver interrupção dos demonstrativos através do Portal Transparência”.

O aditamento será no valor de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), sem reajuste.

Anexo ao presente encontra-se a autorização expressa elaborada pelo Presidente desta Augusta Casa de Leis.

Ofício enviado pela empresa contratada aquiescendo em relação à renovação do referido contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Consulta existência de recursos orçamentários, enviada pelo departamento de contabilidade, informando a disponibilidade e previsão do recurso orçamentário, com dotação orçamentária nº 2001.31.90.39.

O requerimento firmado pela Secretária de Administração e Finanças, juntamente com a minuta do primeiro termo aditivo ao contrato 01/2020.

Pois bem, o pedido de alteração ou aditamento é perfeitamente possível. Outrossim, o aditamento se faz necessário, uma vez que tratam-se de serviços essenciais desta Augusta Casa de Leis, ou seja, a prestação de serviços de natureza continuada, como bem justificado pelo requerimento elaborado pelo Chefe do Departamento de Administração de Rede.

Além do que, a prorrogação deste Termo está amparada pelo art. 57, parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê a possibilidade de prorrogação da duração do contrato, *in verbis*:

§ 1º—Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- I- alteração do projeto ou especificações, pela Administração;**
- II- superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;**
- III- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;**
- IV- aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;**
- V- impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;**



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

VI- omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§2º-Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato..."

Ressalta-se ainda ao gestor público deve ter zelo e transparência com o erário público quando dos pagamentos.

Finalmente, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93, insta-nos relatar que o entendimento recente emanado pelo E. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso é **no sentido de que é possível a prorrogação dos prazos de vigência de contratos, desde que o objeto seja a prestação de serviços de natureza continuada.**

Nesse sentido é o presente posicionamento do E. Tribunal de Contas:

"... Após reavaliar decisão do Tribunal de Contas de Mato Grosso quanto à prorrogação e alteração de contratos da administração pública previstas na Resolução de Consulta nº 32/2008, o Pleno do TCE anunciou novo entendimento sobre o caso com base na Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Até o julgamento do reexame de tese, ocorrido na sessão ordinária do dia 27 de setembro, a Resolução de Consulta nº 32/2008 vedava a prorrogação contratual quando não houvesse previsão no edital e no contrato. Conforme estudo realizado pela Consultoria Técnica do TCE, existem hipóteses descritas na Lei 8.666/93 que não requerem o cumprimento de tal condição, sendo o caso, por exemplo, de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes e que exija alteração das condições de execução do contrato. Um dos requisitos inerentes à alteração contratual é o dever de planejamento da administração, para que ela eleja a modalidade (convite, tomada de preços ou concorrência)



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

correspondente aos gastos com bens de mesma natureza durante o ano ou durante a possível duração do contrato, tendo em vista o que se mostrar previsível. No entanto, conforme aponta a Consultoria Técnica do TCE, é prevista no inciso II do caput do art. 57 da Lei 8.666/93 a prorrogação de prazos de vigência de contratos, desde que o objeto seja a prestação de serviços de natureza continuada. Na consulta relatada pelo conselheiro Domingos Neto, ainda são observados que o aditivo de prorrogação deve ser formalizado dentro do prazo de vigência do contrato que se pretende renovar, ainda que o seu termo final ocorra em dia não útil. "As vantagens da prorrogação devem ser justificadas por escrito mediante estudos envolvendo critérios técnicos e financeiros, e a prorrogação deve ser autorizada pela autoridade competente", aponta em seu voto Domingos Neto. No caso dos aditamentos terem sido feitos em desobediência a essas regras, o TCE orienta o gestor a providenciar a realização de procedimento licitatório a fim de evitar a permanência da irregularidade e incorrer em crime previsto na Lei 8.666/93..."

Dessa forma, o parecer jurídico é favorável ao aditamento do prazo do Contrato nº 01/2018, com prorrogação do prazo de doze meses (01/02/2021), celebrado entre a Câmara Municipal de Sinop e a empresa Nova Fibra Telecon Ltda.

É o Parecer

Sinop, 15 de janeiro de 2020.

Dirceu da Silva

OAB/MT 6444/B

Advogado da Câmara